

## Entidades internacionais se unem à CONTRATUH pela regulamentação dos jogos no Brasil



**R**epresentantes de onze países se reuniram em São Paulo, nos dias 17 e 18 de maio, para discutir as possibilidades e entraves para a legalização do jogo no Brasil, além das tendências dessa prática no mundo. Para o presidente da CONTRATUH,

Moacyr Roberto Tesch Auersvald, a entidade discute há 30 anos a regulamentação dos jogos e acredita que a legalização seja uma ótima oportunidade para o Brasil crescer, gerar renda e empregos. “São três décadas de mobilização e trabalhando neste

sentido. Algumas pessoas cansam no meio do caminho, mas o dirigente sindical é persistente. Essa reunião da UNI no Brasil é a coroação do trabalho que nós temos feito em defesa dos trabalhadores”, destacou.

**Leia mais na página 3**

**9 DE JUNHO  
DIA DO  
PORTEIRO**

**A CONTRATUH se orgulha  
de representar os trabalhadores  
brasileiros que atuam na área.**

**Parabéns a todos!!!**



# É hora de legalizar os jogos no Brasil

A crise econômica que o Brasil enfrenta atualmente só aumenta, chegando a um déficit de R\$ 25 bilhões somente em março deste ano, o pior resultado para este mês em toda a série histórica do Banco Central. Na luta para minimizar as perdas, o governo busca alternativas de arrecadação, aumentando PIS/Confis de combustíveis e tirando do bolso da população uma solução para arcar com suas próprias irresponsabilidades fiscais, aumentando cada vez mais a já inchada carga tributária brasileira.

Enquanto isso, cresce no Congresso Nacional a discussão da legalização dos jogos, como outra forma de arrecadar recursos. Só na Câmara dos Deputados, há sete projetos de lei neste sentido, além de outros no Senado Federal.

Os números impressionam. Especialistas estimam que a arrecadação do jogo poderia chegar a R\$ 20 bilhões anuais, mesmo valor previsto pela Receita Federal com a implantação do e-Social no Brasil, além da geração de quase meio milhão de empregos diretos e indiretos e do aumento da circulação de riquezas por todas as camadas da sociedade. Em 2005, antes da proibição de bingos e casas de jogos, a atividade gerava em torno de 320 mil postos de trabalho.

Na atual crise que nos encontramos, é impensável deixarmos esse tipo de projeto engavetado, enquanto 13 milhões de desempregados amargam o desespero

de não ter um salário no fim do mês.

A legalização do setor é uma tendência mundial, pela facilidade de arrecadação de impostos e exploração do potencial turístico regional. Dos 156 países da Organização Mundial de Turismo, Brasil e Cuba são os únicos não islâmicos que ainda não legalizaram o jogo. Em um país com tantas belezas naturais pouco exploradas como o nosso, a criação de resorts específicos para este fim desenvolveria regiões, melhoraria as infraestruturas locais e qualificaria milhares de trabalhadores.

Em todo o mundo, os ganhos com os jogos devem resultar em um total de R\$ 1,9 trilhão este ano, de acordo com empresas de pesquisa especializadas neste mercado. Só os Estados Unidos fecharam 2014 com uma movimentação de R\$ 550 bilhões, ou 10% do PIB brasileiro.

Quem é contra a legalização do jogo afirma que a prática estimula o vício e facilita a lavagem de dinheiro. Na Organização Mundial da Saúde (OMS), contudo, há dúvidas sobre estes efeitos. Entre as pessoas que apostam, o índice de portadores da ludomania é muito baixo, ao ponto de nem sequer haver pesquisas específicas que apontem seu impacto na



sociedade. Mesmo assim, essas pessoas que precisam de tratamento são ajudadas por centros financiados por cassinos em todo o mundo, pois a prática não é incentivada, por ser extremamente prejudicial para a imagem destes estabelecimentos.

A lavagem de dinheiro também é contestável. Afinal, é uma questão de controle e fiscalização dos órgãos de combate a diversos crimes contra a economia. Os estabelecimentos

que poderiam ser fiscalizados hoje funcionam na clandestinidade. Hoje já existem softwares e tecnologias que são instalados em todas as casas de apostas, coibindo essa má prática.

A ilegalidade também prejudica o trabalhador que atua nestes estabelecimentos. Ora, quem não se preocupa com a regulamentação do seu comércio não tem compromisso em registrar funcionários, desrespeitando as leis trabalhistas.

O Brasil só tem a ganhar com a legalização dos jogos, voltando a fazer parte de uma tendência mundial que gera mais divisas ao país, desenvolvimento turístico e emprego e renda para o trabalhador.

**Moacyr Roberto Tesch Auersvald**  
Presidente da CONTRATUH

## Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade

SRTVS Quadra 701 - Conjunto D - Lote 5 Bl. B Salas 227 a 234 - Cep: 70.340-907 Brasília-DF  
Fone: (61) 3322-6884 Fax: (61) 3321-2688  
Home page: <http://www.contratuh.org.br>  
E-mail: [contratuh@contratuh.org.br](mailto:contratuh@contratuh.org.br)

### Diretoria Administrativa Efetiva

**Diretor Presidente**  
MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD

**Vice-Presidente**  
WILSON PEREIRA

**Secretário Geral**  
GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO

**Primeiro Secretário**  
CÍCERO LOURENÇO PEREIRA

**Tesoureiro Geral**  
JOSÉ RAMOS FÉLIX DA SILVA

**Primeiro Tesoureiro**  
CLÁUDIO FERNANDES ROCHA

**Diretor de Planejamento**  
FRANCISCO CALASANS LACERDA

**Diretor de Patrimônio**  
RAIMUNDO FREIRE DA COSTA

**Diretora de Assuntos Previdenciários**  
VERA LÉDA FERREIRA DE MORAIS

**Diretor de Assuntos Parlamentares**  
ROOSVELT DAGOBERTO SILVA

**Diretor de Assuntos Sindicais**  
LUIZ ONOFRE CHAVES DE BRITO

**Diretora da Mulher**  
MÁRIA DOS ANJOS MESQUITA HELLMEISTER

**Diretora da Infância, Adolescência, Juventude e Gênero**  
JÉSSICA MARQUES DE REZENDE

**Diretoria Executiva Efetiva**

**HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES**  
Jadir Rafael da Silva, Orlando Lourencel Rangel e Waltair Mendes Rodrigues

## REFEIÇÕES COLETIVAS E AFINS

Divino Marques Braga, Luiz Henrique Pereira da Silva e Odeildo Ribeiro dos Santos

## TURISMO E CASAS DE DIVERSÕES

Elisson Zapparoli, Eugênio Lopes Buch e Maria Rosalina Barbosa Gonçalves

## ASSEIO, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS

Carlos Magno Pires Drumont, Maria da Penha Mesquita de Sousa e Maria Jose Mesquita Da Silva

## EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS CONSERVAÇÃO DE ELEVADORES

Cícero Pereira da Silva, Orlando Nespolo e Osmar Vicente da Silva

## INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS

Francisco Rodrigues Correa, Luís Gustavo de Falco Sérgio e Antonio Alves do Carmo

## LAVANDERIAS E SIMILARES

Hélio Amâncio Pinto, Jair Ubirajara da Silva e Valdeci Velez Figueiredo

## INSTITUTOS DE BELEZA E CABELEIREIROS DE SENHORAS, BARBEIROS, LUSTRADORES DE CALÇADOS

Flávio de Castro Sobrinho, Laudicéia do Carmo e Wilson Avelino de Souza

## MEMBROS DO CONSELHO FISCAL EFETIVO

Agapito Lopes Pereira, Henrique Bublitz e Luís Alberto dos Santos

## MEMBROS DO CONSELHO FISCAL SUPLENTE

Brasilina Neta Avelino Santos, Joana Dar'c Quesado da Silva e José Guimarães

## Suplentes da Diretoria

Adeilmo Pedro de Souza  
Ana Cristina Correia  
Ana Mendonça Silva  
Anésio Schneider  
Antonio Francisco dos Anjos Filho  
Antônio Luiz de Souza  
Antonio Souza Correia

Cícero Santos Silva

Diones Josefina Sangalli

Edimundo Alves dos Santos

Eduardo Borges Garcia

Fabio Moraes

Flávio Dias da Silva

Francisco de Castro Cardoso

Geraldo Pereira da Silva

Janari Veira da Rocha

Jane Maria Henckels

Joaquim Pedro dos Santos Filho

Joci Luiz de Souza

José Alves Alencar

José Benoni Jorge

José do Nascimento

José Guimaraes Júnior

José Renaldo Correa de Abreu

Luiz Carlos de Carvalho

Luiz Carlos Garcia Duenha

Luiz Vecchia

Marcos Sérgio da Silva

Rejane Carara Cabral

Rosecler Maria Torquato

Sandra Regina Ferreira Barbosa

Sérgio dos Santos Macedo

Sérgio Trajano de Sá

Silmônica Rodrigues da Silva Tocafundo

Sônia Regina Barcelos Vidal

Valter Ventura Oliveira

Wilson Osmar Martins

**Jornalista responsável:** Mylleni Rocha

(Reg. 10148-DRT-DF)

**Colaboração:** Alysson de Sá Alves (Reg. DF3817JP) e BFCOM Conteúdo Criativo

**Fotos:** André Lima

**Diagramação e Edição Eletrônica:** Fernanda Medeiros da Costa.

Fone: (61) 98280-7272

**Impressão:** Gráfica Zeni. Fone: (61) 3344-7584

**Tiragem:** 5 mil exemplares



# CONTRATUH e UNI Global discutem benefícios da legalização dos jogos



**A** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH, em parceria com a UNI Américas, realizou em São Paulo, nos dias 17 e 18 de maio, a 5ª Conferência Internacional da UNI Américas para os Jogos – Juntos pelos Trabalhadores. Participaram do evento autoridades, dirigentes sindicais e presidentes de associações que estão a frente do debate sobre a regulamentação dos jogos no Brasil e no mundo. Representando o Ministério do Turismo na ocasião, o secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, Bob dos Santos, ressaltou que a resistência de lideranças religiosas ao projeto que legaliza o jogo no Brasil dentro do Congresso se dá pela falta de esclarecimento dos envolvidos. “A CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil] e a Bancada Evangélica têm muita preocupação com a ludopatia. Mas países na Europa, América do Norte e Ásia têm



uma política especial, revertendo parte de suas arrecadações para o tratamento dessa doença. Falta esclarecimento desse pessoal, com mais reuniões como essa que está acontecendo”, esclarece o secretário.

O projeto em discussão é o PL 441/91, que está na Mesa Diretora da Câmara, para a avaliação do pre-

sidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). “Estamos confiantes, pois os pontos positivos da legalização do jogo são muitos. Desde aumento da arrecadação, como regularização de trabalhadores que hoje estão na clandestinidade, além de gerar novas oportunidades, trazendo turistas e capital estrangeiro para o país”, completa Bob.

“Cassinos do mundo todo querem investir no Brasil. Estivemos numa conferência em Las Vegas e grandes players do mercado, como MGM e Caesar, já disseram que têm interesse em montar complexos em nosso território”, explica Moacyr Auersvald, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), que representa a categoria. Para Auersvald, a geração de empregos é o ponto central da necessidade da legalização. “Só nos Estados Unidos são 750 mil empregos diretos. Para cada quarto de hotel num complexo de cassinos, são quatro trabalhadores no atendimento. Num país com 13 milhões de desempregados como o nosso, é um absurdo não explorar esse lado turístico extremamente positivo.”

O presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, José Calixto Ramos, parabenizou a realização do evento e destacou a importância da legalização da prática para a geração de empregos e renda para o país. “Reuniões como essa fortalecem nosso papel na representação da categoria. É importante também trocarmos informações com membros de representações de outros países para que saibamos quais os melhores caminhos para que o projeto de lei seja aprovado no Congresso. Estamos esperançosos”, disse.

Para o presidente da Associação Brasileira de Bingos, Cassinos e Similares (ABRABINCS), Olavo Sales, o maior temor desses grupos internacionais é com a insegurança jurídica, caso o projeto de lei seja aprovado. “O investimento é de centenas de milhões de dólares, não dá para esses grupos ficarem rendidos a uma simples decisão de um governante. A legalização precisa ser vista como política de Estado e, por ser uma tendência mundial, provavelmente será solidificada desse jeito”, coloca. Sales diz que no mundo são 182 bilhões de dólares em arrecadação de bingos e cassinos, com boa parte revertida em impostos. “Desse montante, em média, são 30% de impostos.



São 56 bilhões de dólares para os cofres públicos. Nenhum centavo para o Brasil”, lamenta.

Sobre as acusações de lavagem de dinheiro, Daniel Amoroso, presidente mundial da UNI Jogos e do Sindicato de Trabajadores de Juegos de Azar (Argentina), afirma que a tecnologia já coíbe esse tipo de prática. “Na Argentina, onde acompanho de perto os cassinos, existem softwares e aplicativos avançados para fazer esse controle, o que ocorre em todos os lugares do

mundo. Governos obrigam empresa a implantar sistemas de receita, não há motivos para mantermos o jogo na ilegalidade no Brasil”.

Participaram ainda do evento membros da diretoria administrativa e executiva da CONTRATUH, os presidentes das centrais sindicais CUT e UGT, Vagner Freitas e Ricardo Patah, respectivamente, e representantes internacionais do Uruguai, Argentina, Espanha, França, Suíça, Estados Unidos, África do Sul, México, Chile e El Salvador.



# Senador Paim apresenta “Nova CLT”

O senador Paulo Paim (PT-RS), apresentou na última quinta-feira (10), no Senado Federal, ainda sob forma de sugestão legislativa, uma proposta que defende a elaboração de novas regras para regulamentar as relações de trabalho. Chamada de “a nova CLT” por ele, que é o autor do relatório do Estatuto do Trabalho, ainda será aprimorada. “Diante das alterações que, eu diria, queimam, rasgam a CLT, precisamos muito construir e aprovar um novo marco nas relações trabalhistas para o Brasil. Esse trabalho é uma construção coletiva e, a partir de hoje, um instrumento para a sociedade debater”, defendeu Paim. A primeira versão tem mais de 600 artigos e está dividido em duas partes, sendo a primeira sobre o Direito do Trabalho e a segunda sobre o Direito Processual. A SUG 12/2018 regulamenta assuntos relativos à inclusão social, autorregulação sindical, modernização do trabalho, salário mínimo mensal e jornada de trabalho de 40 horas semanais.

O relatório foi apresentado na Subcomissão Temporária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, mas o senador Paulo Paim diz que não tem pressa para aprovar a matéria. “É ilusão acreditar que este Congresso conservador irá sequer discutir a proposição”, disse, lembrando ainda

que o ano eleitoral impede discussões densas nas duas Casas. O texto do Estatuto do Trabalho foi resultado de nove meses de trabalho juntamente com a Associação Latino Americana dos Juizes do



Trabalho, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e entidades representativas de trabalhadores

**“Que bom que em meio a todas as atrocidades cometidas pelo Congresso Nacional contra os trabalhadores podemos contar com parlamentares como o senador Paulo Paim, que é uma trincheira em defesa da classe trabalhadora”**

Representando o presidente da CONTRATUH, Moacyr Auersvald, na apresentação do relatório, o vice-presidente da entidade, Wilson Pereira, parabenizou todos os envolvidos na elaboração da SUG e reafirmou o compromisso da Confederação na divulgação do documento e articulações necessárias para aprovação do Estatuto. “Que bom

que em meio a todas as atrocidades cometidas pelo Congresso Nacional contra os trabalhadores podemos contar com parlamentares como o senador Paulo Paim, que é uma trincheira em

defesa da classe trabalhadora. É de fundamental importância que, além de lutar contra os direitos ceifados pela malfadada Reforma Trabalhista, reconquistemos a democracia do nosso país e a qualidade de vida dos brasileiros, que lutam diariamente pelo sustento de suas famílias. Este é um momento histórico. Conte conosco, senador Paim”, disse.

A Sugestão Legislativa (SUG) é uma ideia legislativa que se origina da sociedade e que pode ter como ponto de partida debates relacionados ao assunto. Como qualquer SUG, a proposta do Estatuto do Trabalho será discutida na CDH para aprimoramento após ouvir setores da sociedade em audiências públicas. A sugestão depois será votada pela CDH e se aprovada passará a tramitar como projeto de lei, que terá que ser votado por outras comissões permanentes do Senado.

**Conheça o texto do Estatuto do Trabalho na íntegra no site da CONTRATUH: [www.contratuh.org.br](http://www.contratuh.org.br)**

Leia, avalie e opine. Ajude a fazer a Nova CLT.

(Com Agência Senado)

## Presidente da CONTRATUH prestigia Workshop da FETRAHNORDESTE

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH, Moacyr Roberto Tesch Auersvald, participou, nos dias 21 e 22 de maio, do Workshop promovido pela FETRAHNORDESTE. O evento aconteceu na Hotel Colônia de Férias do SINTRAHORTUH, em Fortaleza, Ce-

ará. Na ocasião foram tratados temas de grande relevância para o movimento sindical atual, com palestras e debates também de interesse de toda sociedade.

"Agradecemos a presença do presidente Moacyr neste evento, o qual nos orgulhamos de contar com seu apoio incondicional dele em todas as lutas da nossa federação.

Aqui tivemos a honra de receber das mãos do Excelentíssimo Ministro do Trabalho a Carta Sindical com a Concessão da Alteração Estatutária da FETRAHNORDESTE. Uma vitória para os trabalhadores da categoria", resalta o presidente da federação, Luiz Onofre Chaves de Brito, que também é diretor de Assuntos Sindicais da CONTRATUH.



Membros da diretoria administrativa da CONTRATUH participando do evento

## CONTRATUH apoia Maio Lilás

### Campanha do MPT lembra importância de sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas

O Ministério Público do Trabalho (MPT) promove, neste mês de maio, diversas atividades no sentido de lembrar a importância de discutir a liberdade sindical e a participação dos trabalhadores e trabalhadoras na atuação dos sindicatos para a promoção da defesa dos seus direitos. As ações da campanha Maio Lilás incluem debates, exposições, iluminação de prédios públicos, entre outras atividades promovidas pela Procuradoria Geral do Trabalho (PGT) e pelas procuradorias regionais, nos estados. O lançamento oficial da campanha foi no dia 7 de maio, na sede da PGT, em Brasília, em conjunto com a Procuradoria Regional do Trabalho no Distrito Federal e Tocantins (PRT 10) e contou com uma mesa-redonda sobre o tema "Liberdade

sindical e reforma trabalhista", bem como com o lançamento da revista em quadrinhos sobre "sindicatos" e do site [www.reformadact.com.br](http://www.reformadact.com.br), que traz informações para trabalhadores e empregadores sobre a Reforma Trabalhista.

Para o procurador do MPT e coordenador nacional de Promoção da Liberdade Sindical, João Hilário Valentim, "a discussão da liberdade sindical e da participação dos trabalhadores nos seus sindicatos ganha relevância este ano, em especial em razão das mudanças promovidas nas relações de trabalho por força da Lei 13.467/2017, a Lei da Reforma Trabalhista. A campanha Maio Lilás teve início no ano de 2017, como uma das ações da coordenação, e, neste ano, ganha relevo em especial por conta da

Reforma Trabalhista", esclarece.

Hilário explica que existem, atualmente, diversos obstáculos às atividades dos sindicatos – como a dificuldade de custeio – o que se agravou após a reforma, que tornou facultativa a contribuição sindical. "Um sindicato precisa de recursos para promover as ações de defesa dos interesses de seus representados e a crise no custeio afeta diretamente a ação sindical", conclui o procurador. A mesa-redonda também abordou pontos caros à questão da liberdade sindical como práticas antissindicais, negociação coletiva, filiação de trabalhadores, entre outros.

Além da realização do debate, também foram lançados, na ocasião, o site e um vídeo sobre a Reforma Trabalhista, esclarecendo detalhes sobre as mudanças implementadas e explicando o que muda após a aprovação da nova legislação.

(Com MPT)





# NCST: reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais no MT

**A** Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST participou, na terça-feira (15/05), de reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI) no Ministério do Trabalho (MT). O encontro, que reuniu representantes das bancadas de empregadores e trabalhadores, compartilhou informações gerais e executou debates sobre a 107ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da OIT (28 de maio a 8 de junho); sobre a Comissão de Aplicação de Normas; sobre a Comissão da eficácia da contribuição da OIT à cooperação para o progresso em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; sobre a elaboração de normas para Comissão contra a violência e assédio no mundo do trabalho; e sobre a Comissão da discussão recorrente sobre diálogo social e o tripartismo, de acordo com o segmento da Declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa.

Geraldo Ramthun, diretor de Relações Internacionais da NCST e representante titular da central sindical na CTRI, participou da reunião acompanhado do diretor-adjunto de Relações Internacionais da NCST, Eduardo Maia; e dos dirigentes Geraldo Gonçalves e Osmir Bertazzoni.

Em 2018, a NCST desempenha papel protagonista ao assumir, pela primeira vez, a condição de delegado da representação dos trabalhadores da bancada brasileira na 107ª CIT.

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, manifestou na ocasião sua preocupação quanto a possibilidade de o Brasil intergrar a lista curta de análise por eventuais transgressões à Convenção 98. O país já está incluído na "lista dos 40 casos" por meio de denúncias de não cumprimento dos princípios pactuados entre Brasil e OIT. "É preciso ponderar, antes de prosseguir com esse encaminhamento, sobre os impactos para nossa imagem internacional junto aos players do mercado", disse.

## ENCAMINHAMENTOS

Com a distribuição da agenda provisória da 107ª CIT, os representantes brasileiros alinharam suas agendas de maneira a otimizar, na oportunidade, a intervenção bra-



Reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI)



Representantes da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST

sileira no plenário da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Inconformidades de pontos da Reforma Trabalhista com as convenções internacionais da OIT, devem ser analisadas, na ocasião da 107ª CIT, sob critérios técnicos no âmbito da Comissão de Normas da organização. Negociado sobre legislado para retirar direitos e negociação direta (sem intermédio da respectiva representação sindical) entre trabalhador e empregador; estão entre os pontos que ferem, segundo os representantes sindicais, a Convenção 98 da OIT e, portanto, serão objeto de análise. O tema provoca divergência entre a representação dos trabalhadores e empregadores da bancada brasileira.

O distanciamento das metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU, é um dos pontos que, à partir da precarização

das normas que regem as relações entre capital e trabalho, resultante da aprovação chamada Reforma Trabalhista; irá constar, segundo os colaboradores sociais, a bancada brasileira na conferência Internacional.

Lacunas na legislação sobre violência e assédio no âmbito das relações do trabalho serão, também, objeto de discussões da bancada brasileira. O objetivo é tentar tornar mais abrangentes e eficazes as normas de proteção contra práticas que acometem a classe trabalhadora.

## COMISSÕES TEMÁTICAS DA 107ª CIT

- 1) Comissão de Aplicação de Normas;
- 2) Comissão da eficácia da contribuição da OIT à cooperação para o progresso em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (discussão geral);
- 3) Comissão contra a violência e assédio no mundo do trabalho (elaboração de normas, procedimento de dupla discussão);
- 4) Informe sobre a Comissão da discussão recorrente sobre o diálogo social e o tripartismo, de acordo com o segmento da Declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa, 2008;
- 5) Derrogação de Convenções da OIT que foram modificadas ou substituídas.

## ■ Poder Legislativo

### CCJ do Senado aprova projeto que regulamenta eleição indireta na vacância da Presidência

A regulamentação da eleição indireta para presidente e vice-presidente da República, em caso de vacância de ambos os cargos nos dois últimos anos do mandato presidencial, foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se não houver recurso para análise em plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei do Senado (PLS 725/15), do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), regulamenta o parágrafo 1º do artigo 81 da Constituição, onde já está previsto que essa eleição será indireta, ou seja, ficará a cargo do Congresso Nacional, e será realizada 30 dias após a vacância dos cargos.

#### REGRAS

Os sucessores escolhidos nesse processo deverão exercer suas funções pelo tempo que falta para o término do mandato presidencial. Nos 15 dias seguintes à vacância, os

partidos ou coligações poderão registrar seus candidatos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os candidatos a presidente e a vice-presidente da República vão ser registrados em chapa única.

De acordo com o PLS 725/15, os deputados federais e senadores que estejam exercendo seu mandato, reunidos em sessão unicameral convocada exclusivamente para essa finalidade, serão os habilitados a votar nessa eleição indireta.

O voto será secreto e registrado em cédulas. Concluída a votação, a Mesa do Congresso Nacional vai apurar os votos e, se nenhuma chapa alcançar a maioria absoluta, um segundo turno será realizado com as duas chapas mais votadas. Depois de proclamado o resultado, o presidente e o vice-presidente da República eleitos tomarão posse e prestarão compromisso na mesma sessão em que ocorrer a eleição.

## ■ Poder Executivo

### Temer extingue poupança do Brasil; é mais uma ação contra o povo

A MP 830/18, extinta, se soma ao pacote de maldades em execução no Brasil com a Emenda Constitucional (EC) 95, que congela por 20 anos os gastos públicos.

Mais um retrocesso foi perpetrado contra o país e os brasileiros. No dia 21 de maio o governo Michel Temer (MDB) editou a Medida Provisória (MP) 830/18, que extingue o Fundo Soberano do Brasil (FSB) e o Conselho Deliberativo do Fundo.

O FSB, instituído pela Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, tem como finalidade promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesses estratégicos do País localizados no exterior. Trata-se, portanto, de uma "poupança", cuja

reserva de recursos é imprescindível para momentos de crise, como as enfrentadas nos anos de 2010 e de 2016.

O montante de recursos acumulados no Fundo Soberano do Brasil, extinto pela MP 830/18, passa a ser patrimônio da União e será destinado ao pagamento da Dívida Pública Federal. Os detentores de títulos da dívida pública e os que vivem da especulação financeira no mercado de valores agradecem mais este presente.

E, para além da impossibilidade da prestação de serviços públicos essenciais de educação, de segurança pública e de saúde pelas próximas duas décadas, estão agora a entregar as riquezas econômico-financeiras do país. Já entregaram também o petróleo, com o fim da exclusividade da Petrobras na exploração do Pré-Sal.

## ■ Poder Judiciário

### STF agenda julgamento de ações contrárias à "Reforma" Trabalhista

A presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) incluiu no calendário de julgamentos do plenário as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5.794 e 5.826. Ambas questionam pontos da "Reforma" Trabalhista, mais especificamente, o fim da contribuição sindical compulsória e o contrato de trabalho intermitente. A previsão é que entrem na pauta do dia 28 de junho, em sessão que começará às 14 horas.

A ADI 5.794 é de autoria da Confederação dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário (Conttmf). E a ação 5.826 é da Federação dos Trabalhadores de Postos (Fenepospetro). O relator é o ministro Luiz Edson Fachin.

A contribuição sindical não foi extinta, o que mudou foi a forma de cobrança. Com isso, a contribuição sindical, correspondente a um dia de trabalho por

ano, que antes tinha caráter compulsório (obrigatório), passa a ser voluntária, pois depende da prévia e expressa autorização do trabalhador, no caso das categorias profissionais, e da empresa, no caso das categorias econômicas.

A autorização pode ser dada em assembleia da respectiva categoria; seja profissional, seja econômica; convocada especificamente para tal fim, ou na própria Pauta de Reivindicações, como cláusula específica.

O novo contrato de trabalho intermitente precariza ainda mais as relações de trabalho, pois essa modalidade contratual, além de gerar profunda insegurança para o trabalhador, tem remuneração muito baixa. O Ministério do Trabalho editou portaria que regulamentou esse modelo de contratação.



## TSE: partidos devem garantir 30% de Fundo Eleitoral e propaganda para mulheres

Foto: Rita Polli/Procuradoria da Mulher do Senado

O Fundo foi criado no ano passado para tentar compensar a proibição de doações empresariais para candidato e campanhas e é previsto em R\$ 1,7 bilhão para as eleições de outubro.

Os ministros seguiram o voto da ministra Rosa Weber, relatora da consulta. A ministra afirmou que acompanhava o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5617, quando os ministros determinaram que pelo menos 30% do total de recursos do Fundo Partidário devem ser destinados às candidaturas femininas, considerando que a legislação eleitoral prevê que os partidos têm de reservar 30% das vagas em eleições para mulheres. O Fundo Partidário – previsto em R\$ 887 milhões para 2018 – é usado para manter a infraestrutura das siglas e também para vitaminar campanhas eleitorais.

A ministra ressaltou que seria



ainda mais coerente aplicar a cota ao fundo eleitoral que é formado por recursos públicos.

Rosa Weber negou que, com a decisão, o TSE estivesse substituindo ou invadindo competência do STF para tratar do caso e que a medida não fere a autonomia dos partidos.

Dodge ressaltou que, embora a legislação garanta um mínimo de 30% de candidaturas femininas nas eleições proporcionais, essa política

não tem produzido o efeito esperado porque não há previsão de financiamento correspondente – sendo que, por muitos anos, as candidatas receberam apenas 5% de financiamento e 10% de tempo de propaganda – cotas estabelecidas por lei como o mínimo aplicável, mas que, na prática, se transformaram em teto.

Para a PGR, O resultado disso é que nas últimas eleições municipais 16 mil candidatas não receberam sequer um voto. “Toda política pública exige financiamento que a sustente”, afirmou.

O tema foi levado ao TSE em consulta feita pelas senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Regina Sousa, Lídice da Mata, Rose de Feitas e pelas deputadas federais Gorete Pereira, Jô Moraes, Luana Costa, Luciana Santos, Raquel Muniz e Soraya Santos. (Fonte: Diap)

### Coluna Jurídica

## TST homologa acordo possibilitando cobrança da contribuição negocial

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Renato de Lacerda Paiva, no dia 22 de maio de 2018, referendou aditivo em acordo coletivo de trabalho negociado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins (STEFEM) e a Vale S. A.

O acordo inicial garantiu 2,5% de reajuste à categoria (tanto para associados quanto não associados), também beneficiada com cartão alimentação de R\$ 717,50 ao mês, adicional noturno de 65% e piso salarial de R\$ 1.542,99, entre outros. O aditivo instituiu cota negocial para custeio do sindicato profissional no valor correspondente a 50% de um único salário dia vigente, a ser descontado pela Vale no contracheque dos empregados no segundo mês imediatamente subsequente

à data de assinatura do documento.

Os trabalhadores não filiados deverão ser informados pela empresa sobre o desconto da cota, podendo apresentar oposição ao sindicato pessoalmente, por escrito e com identificação de assinatura legível, devendo, no prazo de 20 dias da notificação, comunicar a oposição à empresa, sob pena de aceitação do desconto.

Tanto a empresa quanto o sindicato se comprometem, no aditivo, a não realizar manifestações, atos ou campanhas para incentivar ou constranger os não filiados em seu direito de opção relativo ao desconto.

O sindicato profissional também se comprometeu formalmente a se abster de pleitear a cobrança de contribuição sindical, equivalente à remuneração de um dia de trabalho, prevista nos artigos 578 a 610 da

CLT durante o período de vigência do aditivo, que é de um ano.

“O acordo é resultado de várias negociações, fruto de um consenso entre trabalhadores e empresa, com anuência do Ministério Público do Trabalho”, afirmou o ministro Renato de Lacerda Paiva.

A mediação pré-processual, conduzida a pedido do sindicato, envolveu reuniões e debates, além do levantamento de informações relevantes que levaram as partes a um consenso para resolver o conflito. Seguindo o protocolo e a metodologia de mediação e conciliação da Vice-Presidência, também foi realizada, no dia 16/5, reunião bilateral de trabalho e de negociação, na qual as partes chegaram ao consenso quanto à redação de cláusula aditiva ao acordo coletivo de trabalho.

(Fonte: TST Notícias)

*Crianças Desaparecidas*



**NATAN MOREIRA DA COSTA**  
Desaparecido em  
25/09/2014



**EMIVALDO BRAYAN PASSOS DA SILVA**  
Desaparecida em  
05/03/2014



**EDUARDO DA SILVA PIMENTEL**  
Desaparecido em  
31/12/2014

Coordenação da ReDesap  
PR/SEDH/SPDCA  
Telefone:  
(61) 3429.9336  
E-mail:  
criancasdesaparecidas@  
mj.gov.br

Envie o boletim informativo  
de sua entidade para a CONTRATUH



Disque-denúncia

**100**



A CONTRATUH está presente também  
nas redes sociais, acesse e participe



Curta-nos no Facebook: [www.facebook.com/contratuh](http://www.facebook.com/contratuh)

Siga-nos no Twitter: [www.twitter.com/contratuh](http://www.twitter.com/contratuh)

Assista-nos no Youtube: [www.youtube.com/user/contratuh](http://www.youtube.com/user/contratuh)



**NÃO FAÇA SUA VIDA VIRAR UMA DROGA: DIGA NÃO ÀS DROGAS**



Acesse o nosso site:  
[www.contratuh.org.br](http://www.contratuh.org.br)



IMPLEMENTANDO O TURISMO  
REGULAMENTANDO OS CASSINOS  
**TEREMOS MAIS EMPREGOS**